



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Fornecimento e instalação de divisórias, cobertura e grades metálicas para os Cartórios Eleitorais de Joinville e Timbó.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

Os Cartórios Eleitorais de Joinville encaminharam o ofício Conjunto n. 001/2019, que tramita no PAE 5.499/2019, em que solicitam a construção de um depósito na garagem do prédio em área que, segundo informado, não é possível estacionar. Informaram, ainda, não possuir outro espaço adequado disponível no imóvel para armazenamento das novas bancadas de configuração de urnas que pleiteiam bem como outros materiais que atualmente permanecem expostos no hall de entrada dos cartórios da 105ª e da 019ª ZEs.

Relativamente ao Cartório Eleitoral de Timbó, o relatório da Correição Ordinária realizada naquela 32ª ZE, que tramita no PAE 19.437/2019, aponta dificuldades relacionadas a limitações do espaço para armazenamento das urnas eletrônicas.

Instada a se manifestar em ambos os processos, a Seção de Engenharia e Arquitetura entrou em contato com as respectivas Chefias de Cartório e, dentre as possíveis soluções identificadas, levando em conta as diferentes condicionantes de cada local, facilidade de execução e economicidade, foi definida a instalação de divisórias, cobertura e grades metálicas para o fechamento das áreas.

#### 2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Espera-se que, com a instalação das divisórias e grade de piso no Cartório Eleitoral de Joinville e da cobertura e grades metálicas no Cartório Eleitoral de Timbó, os fechamentos e os espaços criados supram as necessidades que ensejaram os respectivos pleitos.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

Por se tratar de atividade de manutenção predial, não se verifica alinhamento direto com os objetivos estratégicos, porém a contratação pretendida constitui meio para o atingimento da estratégia da organização.  
SGP3.

#### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Estudos Preliminares juntado ao PAE 10.584/2021.

#### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade mínima a ser contratada
1	Tapume metálico em aço galvanizado	12,32m <sup>2</sup> (área de fechamento)	12,32m <sup>2</sup> (área de fechamento)
2	Grade de piso em aço galvanizado	9,22m <sup>2</sup> (área de piso)	9,22m <sup>2</sup> (área de piso)
3	Cobertura metálica em aço e vidro, com fornecimento de Projeto Executivo conforme anteprojeto elaborado pela SEA	10,10m <sup>2</sup> (área de projeção da cobertura)	10,10m <sup>2</sup> (área de projeção da cobertura)



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4	Grade em aço galvanizado	9,44m <sup>2</sup> (fechamento frontal e lateral)	9,44m <sup>2</sup> (fechamento frontal e lateral)
---	--------------------------	--	--

### Observação:

Para todos os itens deverá ser fornecida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou RRT (ou equivalente) do profissional legalmente habilitado responsável pela sua fabricação e, especificamente para a cobertura do Cartório Eleitoral de Timbó, deverá contemplar o projeto e a fabricação da estrutura metálica em aço galvanizado.

Para o cálculo da demanda prevista e demanda a ser contratada, foram considerados os projetos anexos a este documento.

### 2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Características do objeto:

Id.	Característica
1	<p><b>Tapume metálico:</b></p> <p>Será fornecido e instalado tapume metálico com portão de giro, com colunas em tubo 50x50mm ch16 e estrutura para chapa em tubo 40x40mm ch16 (chapa frisada nº26). Dimensões conforme projeto.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Material: aço galvanizado a frio.</li><li>Acabamento: em pintura eletrostática a pó de poliéster em toda a estrutura de aço galvanizado, na cor branca fosca.</li></ul> <p>Os tapumes devem ser aprumados e alinhados na altura especificada em projeto (por meio de calços de aço). As colunas do tapume devem ser parafusadas entre si com autobrocante ou parafuso número 06 sextavado com porca. Após parafusada, a base deve ser travada junto à coluna do tapume com parafuso autobrocante.</p> <p>O tapume deve apresentar ausência de cortes, furos ou rasgos de encaixe entre seus componentes.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Local de entrega e instalação: Cartório Eleitoral de Joinville</li></ul>
2	<p><b>Grade de piso metálica:</b></p> <p>Será fornecida e instalada grade de piso metálica, em aço galvanizado a frio, acabamento natural galvanizado, composta por barras portantes e barras de ligação soldadas pelo processo MIG (soldagem por arco elétrico com gás de proteção), garantindo uniformidade e alta resistência de sobrecarga.</p> <p>Malha de 30x100mm ou menor, e resistência de 400kg/m<sup>2</sup> ou mais.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Local de entrega e instalação: Cartório Eleitoral de Joinville</li></ul>

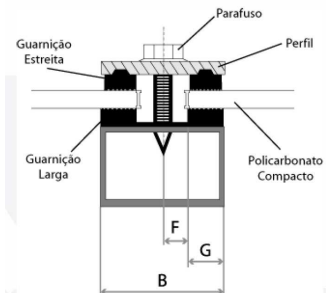


## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3	<p><b>Cobertura metálica (com fornecimento de Projeto Executivo e ART):</b></p> <p>Será fornecida e instalada cobertura em policarbonato maciço com estrutura em aço galvanizado, conforme especificações abaixo, constantes do anteprojeto.</p> <p><u>Especificação dos Materiais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estrutura metálica em aço galvanizado, composta por perfis tubulares e quadrado (dimensões 50 x 70 x 2 mm e 100 x 100 x 2 mm, respectivamente). Calha metálica em chapas de aço galvanizado, espessura igual a 3,75mm. Acabamento da estrutura da cobertura em pintura eletrostática a pó de poliéster, na cor branca.</li><li>• Chapas em policarbonato maciço ou compacto, espessura de 4mm (peso = 4,8 kg/m<sup>2</sup>), com dimensões comerciais de 1,00x2,05m, na cor fumê.</li><li>• Condutor vertical e rufos em chapas de alumínio, espessura 0,7 mm, na cor branca.</li><li>• Vedações em silicone de cura neutra (que não agredem quimicamente o policarbonato), na cor branca.</li></ul> <p><u>Execução da Cobertura:</u></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estrutura da cobertura (dimensões e formas de fixação sugeridas, podendo ser alteradas quando da elaboração do Projeto Executivo da Cobertura, a critério do projetista responsável): quadros em perfis tubulares retangulares, dimensões 50 x 70 x 2 mm (largura, altura, espessura), parte fixados na estrutura de concreto da edificação (com parabolts de Ø 3/8") e, parte, soldados nas calhas metálicas apoiadas/fixadas em pilaretes de perfis tubulares quadrados, dimensões 100 x 100 x 2 mm. Os pilaretes serão apoiados no muro de divisa existente por meio de sapata metálica em forma de "U" invertido, em chapa metálica de espessura igual a 3,75 mm. A calha metálica deverá ter caimento mínimo de 0,5% em direção ao condutor vertical.</li><li>• Acabamento da estrutura em aço galvanizado da cobertura em pintura eletrostática a pó de poliéster, na cor branca.</li><li>• Os parafusos de fixação das telhas de policarbonato na estrutura metálica deverão ser auto-brocantes, com proteção em neoprene ou EPDM.</li><li>• Interface chapas de policarbonato compactas X estrutura metálica: é importante que as chapas estejam completamente apoiadas na estrutura metálica, prevendo-se folga para sua dilatação térmica, como ilustra a Figura 1. Para vãos de largura aproximada igual a 80cm, os valores de B (base), F (folga) e G (engastamento) deverão ser iguais a, respectivamente, 50mm, 4 mm e 20 mm. Nos apoios, as chapas deverão ser protegidas por borrachas EPDM.</li><li>• Acabamento no encontro da estrutura com a edificação: executar contrarufo em chapa de alumínio na cor branca, espessura 0,7 mm, embutida no revestimento em argamassa, com sobreposição mínima de 15 cm na cobertura. Acabamentos e vedações com silicone de cura neutra na cor branca.</li><li>• Condutor vertical em chapa alumínio na cor branca, espessura 0,7 mm, dimensões 100x100mm.</li></ul> <p><b>ATENÇÃO:</b> O Projeto Executivo ficará a cargo da Contratada e deverá garantir a estabilidade do conjunto (consideradas as cargas permanentes e acidentais atuantes na cobertura) e prever todos os detalhes para a perfeita execução e funcionamento do sistema.</p> <p>O anteprojeto indica os parâmetros mínimos de robustez a serem considerados. Não serão admitidas alterações que simplifiquem o sistema como um todo, de modo a reduzir o custo de confecção e instalação em relação ao especificado acima.</p>
---	---



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	 <p><b>Figura 1</b> Detalhe de fixação das telhas de polycarbonato na estrutura metálica da cobertura</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Local de entrega e instalação: Cartório Eleitoral de Timbó</li> </ul>
4	<p><b>Grade e portão de giro metálico:</b></p> <p>Serão fornecidos e instalados grades e portão de giro metálicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Material (grades e portão): em aço galvanizado a frio, com barras chata de 1" e barras quadradas de 2 ½", e fechadura para travamento. Trava de piso, com pino vertical em aço inox em ambas as folhas, para fixação da grade aberta. Sendo que na folha da direita, travará a grade, quando fechada. (Aço galvanizado SAE/ABNT 1010-1020)</li> <li>Acabamento: em pintura eletrostática a pó de poliéster em toda a estrutura de aço galvanizado, na cor branca brilho.</li> <li>Sistema de fixação: as barras serão soldadas aos postes que deverão ser chumbados à alvenaria e ao muro existente com argamassa tipo graute, misturada com 30% de brita 0 (zero), em área de 10x10 cm.</li> </ul> <p>Na montagem para chumbamento dos postes, considerar a espessura do revestimento em argamassa que deverá ser refeito posteriormente pela Contratada. A pintura das alvenarias dos locais onde houver chumbamento deverá ser recuperada pela Contratada.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dimensões: (LXA em metros)  Grade: (1,05x2,55) + (1,48x0,69) + (1,48x0,69) + (1,48x0,69) + (1,48x0,69) = 6,76m<sup>2</sup>  Portão: 1,25x2,27= 2,68m<sup>2</sup>  Total: 9,44m<sup>2</sup></li> <li>Local de entrega e instalação: Cartório Eleitoral de Timbó</li> </ul>

- Para todos os itens deverá ser fornecida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do profissional legalmente habilitado responsável pela sua fabricação.

Composição do objeto a ser contratado:

Id.	Bem / Serviço
1	Fornecimento e instalação de tapume metálico em aço galvanizado
2	Fornecimento e instalação de grade de piso em aço galvanizado
3	Elaboração de projeto executivo, fornecimento e instalação de cobertura metálica em



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	aço galvanizado e chapas de policarbonato maciço/compacto
4	Fornecimento e instalação de grades de fechamento em aço galvanizado

### 2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

### 2.9. Parcelamento e Adjudicação

Os serviços desta contratação deverão ser parcelados conforme o local da instalação dos objetos.

Id.	Item (Bem / Serviço)	Adjudicação	Justificativa
1 e 2	Tapume e grade de piso metálica para o Cartório Eleitoral de Joinville	Global	Mesmo material e local de instalação. Concomitâncias e interferências das etapas de execução.
3 e 4	Grade e cobertura metálica para o Cartório Eleitoral de Timbó	Global	Mesmo material e local de instalação. Concomitâncias e interferências das etapas de execução.

Locais de entrega e instalação:

- Cartório Eleitoral de Joinville: R Jaguaruna, 38, 89201-450, Joinville/SC
- Cartório Eleitoral de Timbó: Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro, 89120-000, Timbó/SC

### 2.10. Seleção do Fornecedor

#### 2.10.1. Critérios de Habilitação

Para a habilitação do fornecedor deverão ser observados os seguintes critérios:

Id.	Critério de Habilitação
1	Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao respectivo conselho de classe, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.
2	<b>Apenas para a cobertura de Timbó (item 3):</b> Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional legalmente habilitado para acompanhar os serviços objetos deste Projeto Básico: a) O profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no conselho de classe correspondente pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação; (projeto e execução de cobertura metálica) ; b) O profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração do TRESC.
3	<b>Apenas para a cobertura de Timbó (item 3):</b> Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação - (projeto e execução de cobertura metálica)



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

\*Considerando a baixa complexidade dos itens 1, 2 e 4, está dispensada a necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica do profissional indicado para responsabilizar-se pela execução desses serviços.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### 2.10.2. Critérios Técnicos Obrigatórios

Id.	Critério Técnico	Benefício/Justificativa
1 e 2	Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou RRT (ou equivalente) de fabricação do tapume e grade de piso	Garantir a perfeita e correta execução técnica dos serviços.
3 e 4	Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou RRT (ou equivalente) de fabricação de grade metálica e de projeto e execução da cobertura metálica	Garantir a perfeita e correta execução técnica dos serviços.

### 2.10.3. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial à Lei Complementar n. 123/2006.

### 2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Sugere-se que a modalidade de licitação seja o Pregão Eletrônico e o tipo seja o de menor preço.

### 2.12. Impacto Ambiental

A geração e o descarte de resíduos são impactos ambientais decorrentes desta contratação. Os resíduos deverão ser removidos e descartados adequadamente pela Contratada, respeitando as legislações municipais e federais.

Restos de materiais e embalagens deverão ser encaminhados para a reciclagem, através do direcionamento a cooperativas de catadores de materiais recicláveis ou pontos de entrega voluntária – PEVs.

### 2.13. Conformidade Técnica

As normas técnicas a serem seguidas estão a seguir elencadas:

- NBR 7007:2016 – Aços-carbono e aço microligado para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural;
- NBR 7199:2016 – Vidros na construção civil: projeto, execução e aplicações;
- NR 35 – Trabalho em Altura;
- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual;
- NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- NBR 6215:2011 – Produtos siderúrgicos – terminologia;
- NBR 6892-1:2018 – Materiais metálicos Ensaio de tração;
- NBR 11294:2020 – Barras de aço ao carbono e ligado redondos, quadrados e sextavados, laminados a quente – requisitos;
- NBR 11003:2010 - Tintas: determinação da aderência;
- NBR 9050:2021 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002;
- Lei n. 11.762, de 1º.08.2008, que fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências.

### 2.14. Obrigações da Proponente

- 2.13.1 Além dos documentos obrigatórios previstos em lei é recomendável a realização de visita técnica ao local de realização dos serviços, anteriormente à abertura da licitação.
- 2.13.2 A visita técnica deverá ser:
- a) Previamente agendada, das 13 às 18 horas, com os respectivos Chefes dos Cartórios Eleitorais por contato telefônico ou email:
  - Cartório Eleitoral de Joinville: (47) 3433 7023 / 3433 9355 / 3433 8671 / 3422 1354 / 3433 6433; [zona019@tre-sc.jus.br](mailto:zona019@tre-sc.jus.br), [zona076@tre-sc.jus.br](mailto:zona076@tre-sc.jus.br), [zona095@tre-sc.jus.br](mailto:zona095@tre-sc.jus.br), [zona096@tre-sc.jus.br](mailto:zona096@tre-sc.jus.br), [zona105@tre-sc.jus.br](mailto:zona105@tre-sc.jus.br);
  - Cartório Eleitoral de Timbó: (47) 3382 2837, [zona032@tre-sc.jus.br](mailto:zona032@tre-sc.jus.br).
  - b) Realizada pelo representante indicado pela empresa para os serviços;
  - c) Acompanhada por representante do TRESC, designado para esse fim.
- 2.13.3 A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento do local da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

### 2.15. Obrigações da Contratante

- 2.14.1 Autorizar o início dos serviços.
- 2.15.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela CONTRATADA, e sua aprovação pelo CONTRATANTE.
- 2.14.2 Promover, através de seus representantes, os Chefes dos respectivos Cartórios Eleitorais de Joinville e Timbó, ou seus substitutos, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, com o apoio técnico da Seção de Engenharia e Arquitetura.
- 2.15.2. Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.15.3.** Conferir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis os serviços executados pela CONTRATADA e autorizar o faturamento.
- 2.15.4.** Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

### **2.16. Obrigações da Contratada**

- 2.16.1.** Antes de iniciar a fabricação/compra dos elementos, visitar o local de execução dos serviços para a conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes.
- 2.16.2.** Executar os serviços nas condições estipuladas neste Projeto Básico e seus anexos.
- 2.16.3.** Tomar as seguintes providências em até **20 (vinte)** dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESP:
- apresentar, obrigatoriamente, se for o caso, antes** de firmado o contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação que lhe será entregue com este fim, visto do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 413, de 27.6.1997, do CONFEA, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem.
  - Apresentar, na forma da lei, seguro coletivo contra acidentes de trabalho, com validade para todo o período de execução do serviço, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, e regulado pelas Leis nº 8.212, de 24/07/1991 e nº 8.213, de 24/07/1991.
  - Providenciar e entregar à Seção de Engenharia e Arquitetura (SEA) a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART(s) ou RRT (ou equivalente), devidamente registrada no respectivo conselho de classe, de execução dos serviços contratados
  - Apenas para a cobertura de Timbó (item 3):** apresentar à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESP o certificado de conclusão do curso de treinamento na NR-35, de 23.3.2012, dentro do prazo de validade (2 anos), e o respectivo atestado de saúde ocupacional (ASO) em que esteja consignada a aptidão para o trabalho em altura para todos os funcionários que forem executar trabalho em altura.
- 2.16.4.** Iniciar a execução dos serviços contratados em até **3 dias úteis** a contar da autorização expressa da Seção de Engenharia e Arquitetura;
- 2.16.5.** Fornecer todos os dispositivos e acessórios, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;
- 2.16.6.** Empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços;
- 2.16.7.** Executar os serviços mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos resíduos de construção e demolição;
- 2.16.8.** Responsabilizar-se pelos serviços durante sua execução e até sua entrega ao TRESP;
- 2.16.9.** Manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18 e legislações federais, estaduais e municipais relativas à segurança e medicina do trabalho.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.10.** Seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como às normas locais, estaduais e federais pertinentes.
- 2.16.11.** Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESC.
- 2.16.12.** Fornecer, sempre que solicitado pelo TRESC, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato.
- 2.16.13.** Fornecer, sempre que solicitado pelo TRESC, em até 15 dias, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato.
- a) Cópias do Livro de Registro;
  - b) Cópias das Carteiras de Trabalho;
  - c) Certidão Negativa dos Débitos Salariais;
  - d) Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas;
  - e) Declaração de Inexistência de Infrações Trabalhistas à Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente;
  - f) Certidão ou recibo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;
  - g) Comprovação do depósito bancário dos salários e folha de pagamento ou contracheques, acompanhada da devida comprovação de recebimento pelos empregados;
  - h) Guia de Recolhimento do INSS;
  - i) Guia de Recolhimento do FGTS;
  - j) GFIP (com discriminação dos recolhimentos INSS e FGTS por empregado);
  - k) Listagem, assinada pelos empregados, comprobatória do pagamento do auxílio-alimentação e do vale-transporte.
- 2.16.14.** Dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRESC nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal.
- 2.16.15.** Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem.
- 2.16.16.** Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local de execução do serviço, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.
- 2.16.17.** Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- 2.16.18.** Responsabilizar-se pela proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega ao TRESC.
- 2.16.19.** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência do TRESC.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.20.** Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.16.21.** No prazo de **10 (dez) dias úteis**, substituir o material/refazer o serviço que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venha(m) a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que para a sua ocorrência não tenha contribuído - por ação ou omissão – o TRESC.
- 2.16.22.** Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, conforme art. 70 da Lei 8.666/93:
- 2.16.23.** “O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado”.
- 2.16.24.** Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção dos materiais desnecessários e indesejáveis.

### **2.17. Custo estimado da contratação**

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## **3. Especificação Técnica Detalhada**

### **3.1. Requisitos Técnicos**

Os serviços a serem executados são aqueles constantes do item 2.7 deste Termo de Referência.

#### **3.1.1. Marcas e Modelos/Códigos de Referência**

- **Graute:** Super Graute Quartzolit, da Weber Saint-Gobain;
- **Grade de piso:** GS-A4-404, da Selmec.
- **Fechadura (portão metálico grade de Timbó e Tapume de Joinville):** Fechadura de sobrepor para portão, zincada – 7072, AROUCA.
- **Perfis tubulares (cobertura de Timbó):** Gerdau/SA.
- **Chapas em policarbonato maciço ou compacto (cobertura de Timbó):** Policarbonato Polybrasil, esp. 4mm, cor fumê.
- **Silicone de cura neutra (cobertura de Timbó):** Silicone Neutro Dow Corning CPS branco.

*As marcas/modelos e códigos de referência citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (serve, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares aos indicados, que detenham as especificações daqueles).*

#### **3.1.2. Códigos SIASG:** Código 20117 – Serralheria - Confecção / Instalação Peças Metálicas

#### **3.1.3. Vigência**

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **3.2. Modelos de Documentos**

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 25 de maio de 2021.

---

Valéria Luz Losso Fischer  
Integrante Demandante

---

Natália Pigatto Silveira  
Integrante Técnico

---

Geraldo Luiz Savi Júnior  
Integrante Administrativo



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC, a empresa deverá agendar visita técnica ao local de execução dos serviços para a conferência das medidas e avaliação das demais condicionantes do projeto.

A CONTRATADA deverá participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais – presencial ou por videoconferência, a ser agendada pela Seção de Engenharia e Arquitetura – SEA/CIS/TRESC no local onde serão realizados os serviços.

Durante o andamento dos serviços, as dúvidas sobre os projetos poderão ser sanadas pela SEA.

Os Chefes dos Cartórios Eleitorais acompanharão a execução dos serviços e receberão o objeto, conferindo as especificações descritas no Contrato, com o apoio técnico da Seção de Engenharia e Arquitetura.

A comunicação entre o TRESC e a Contratada poderá ocorrer pelos seguintes canais:

- por meio de mensagem por e-mail:
  - Joinville: [zona105@tre-sc.jus.br](mailto:zona105@tre-sc.jus.br), [zona019@tre-sc.jus.br](mailto:zona019@tre-sc.jus.br), [zona076@tre-sc.jus.br](mailto:zona076@tre-sc.jus.br), [zona095@tre-sc.jus.br](mailto:zona095@tre-sc.jus.br), [zona096@tre-sc.jus.br](mailto:zona096@tre-sc.jus.br) e [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br);
  - Timbó: [zona032@tre-sc.jus.br](mailto:zona032@tre-sc.jus.br) e [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br);
- pessoalmente, no local da prestação dos serviços.

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os serviços deverão ser realizados nos prazos indicados na tabela abaixo. A contagem será a partir da data definida na autorização emitida pela SEA/CIS/TRESC.

Id.	Item (Bem / Serviço)	Local de Entrega	Prazo
1 e 2	Tapume e grade de piso metálica para o Cartório Eleitoral de Joinville	Cartório Eleitoral de Joinville	Até 30 dias da autorização da SEA
3 e 4	Projeto Executivo de Cobertura Metálica (conforme anteprojeto da SEA)	Seção de Engenharia e Arquitetura	Até 10 dias da autorização da SEA
	Grade e cobertura metálica para o Cartório Eleitoral de Timbó	Cartório Eleitoral de Timbó	Até 30 dias da aprovação do Projeto Executivo pela SEA

A autorização da SEA/CIS/TRESC ficará condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações do licitante vencedor no prazo de até **20 (vinte)** dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:

- a) **apresentar, obrigatoriamente, se for o caso, antes** de firmado o contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação que lhe será entregue com este fim, visto do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 413, de 27.6.1997, do



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONFEA, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem.

- b) Apresentar a ART / RRT ou equivalente referente a execução dos serviços enumerados nesta contratação, arcando com os custos necessários.
- c) Participar de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEA/CIS/TRESC, a ser realizada por videoconferência ou no local onde serão realizados os serviços.
- d) Fornecer à SEA/CIS/TRESC a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.
- e) **Apenas para a cobertura de Timbó (item 3):** Apresentar à SEA/CIS/TRESC o certificado de conclusão do curso de treinamento na NR-35, dentro do prazo de validade, e o respectivo atestado de saúde ocupacional (ASO) em que esteja consignada a aptidão para o trabalho em altura para todos os funcionários que forem executar trabalho em altura.

A CONTRATADA deverá agendar com a SEA/CIS/TRESC o início dos serviços, por meio do e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br), com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência, a fim de possibilitar a comunicação aos respectivos Chefes dos Cartórios Eleitorais.

Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira, das 7 às 17 horas, ou outro horário a ser combinado com o Gestor do Contrato, sem prejuízo ao andamento normal das atividades nos locais das intervenções.

Os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos e feriados, desde que solicitados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, devidamente justificados e aprovados pelo(s) Gestor(es) do Contrato, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

A CONTRATADA deve definir estratégia de trabalho que minimize inconvenientes aos usuários das edificações, privilegiando a execução de serviços que possam causar ruído durante a parte da manhã, visto que o horário de trabalho nos cartórios dá-se no período vespertino.

Os locais de carga e descarga dos materiais, de armazenamento provisório, serão definidos em comum acordo entre a(s) empresa(s) contratada(s) e os Gestores dos Contratos.

O TRESC disponibilizará os pontos de energia e fornecimento de água para a execução dos serviços.

Obriga-se a CONTRATADA a fornecer as ferramentas, instrumentos, equipamentos necessários à execução dos serviços e equipamentos de proteção individual (EPI) aos funcionários.

Os serviços a serem executados deverão estar em conformidade com as orientações dos fabricantes, das legislações municipal, estadual e federal vigentes e das normas técnicas da ABNT, no que couber.

Todas as medidas e cotas apresentadas em projetos são indicativas, devendo ser confirmadas no local.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Havendo divergência entre as documentações anexas ao Contrato, prevalecerá a documentação que contiver as informações mais detalhadas, na seguinte ordem hierárquica (decrecente):

- a) Contrato
- b) Projetos

Eventuais pequenos serviços que possam aparecer com o andamento dos serviços, não previstos nestas contratações, desde que não representem um custo superior a 5% do valor do contrato, devem ser considerados como normais e o correspondentes aos custos assumidos pela CONTRATADA. Tal custo eventual, à critério da CONTRATADA, deve ser previsto e diluído nos preços unitários utilizados para determinação do valor total da proposta.

A autorização para faturamento fica condicionada ao recebimento definitivo dos serviços pela gestão do contrato.

O(s) Gestor(es) do(s) Contrato(s) somente atestará(ão) a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

O(s) contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s) nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

### 1.3. Instrumentos Formais

Será(ão) firmado(s) contrato(s) com a(s) empresa(s) vencedora(s).

### 1.4. Prazos de Garantia

O prazo de garantia dos serviços é de 5 (cinco) anos, a contar do seu recebimento definitivo, conforme previsto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

### 1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato consistem na verificação, pela CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio dos Chefes dos Cartórios Eleitorais de Joinville e Timbó, ou de seus substitutos, com o apoio técnico da SEA/CIS/TRESC, em conformidade com o art. 67 da Lei n.8.666/1993.

A Fiscalização terá autoridade para:

- a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos projetos ou demais documentos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) aprovar materiais similares propostos pela CONTRATADA, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

### **1.6. Recebimentos Provisório e Definitivo**

O recebimento provisório será realizado por meio de ateste em termo circunstanciado em até 15 (quinze) dias, após a comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, desde que haja aceite da fiscalização, conforme art. 73, inc. I, "a", da Lei 8.666/93.

De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a CONTRATADA terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.

O Recebimento Definitivo será efetuado mediante termo circunstanciado, somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas no Termo de Recebimento Provisório, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

### **1.7. Pagamento**

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária

### 1.8. Qualificação Técnica

A empresa proponente deverá apresentar a seguinte qualificação técnica para a execução dos serviços:

- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993;
- b) **Apenas para a cobertura de Timbó (item 3):** comprovação por meio de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação (projeto e execução de cobertura metálica);
- c) **Apenas para a cobertura de Timbó (item 3):** comprovação de possuir no quadro da empresa profissional detentor de CAT(s) e/ou ART(s) para realizar os serviços objetos deste Projeto Básico:
  - O profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no CREA pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação (projeto e instalação de estrutura metálica);
  - O profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração do TRESC.

A equipe operacional deverá ser especializada nos serviços objeto desta contratação, com comprovação através de registro em Carteira de Trabalho ou contrato de serviço. Funcionários que forem executar trabalho em altura deverão possuir treinamento na NR-35 – Proteção para trabalho em altura.

### 1.9. Descumprimento Contratual

Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades limitadas ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em função das infrações a seguir elencadas:

TABELA 1 – PERCENTUAIS	
GRAU	R\$
1	1%
2	2%
3	3%
4	4%
5	5%

#	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Deixar de apresentar a Nota Fiscal / Fatura para atestação do Gestor do Contrato até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação do serviço.	1	Por ocorrência.
2	Deixar de fornecer ao Gestor do Contrato cópia das	1	Por ocorrência.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Notas Fiscais de compra dos materiais cujas garantias sejam dadas pelos fabricantes.		
3	Executar o serviço sem a utilização de equipamento de proteção individual e coletivo, quando obrigatórios.	2	Por ocorrência.
4	Deixar de refazer serviço, substituir peças, componentes, materiais ou partes de peças que apresentarem defeito.	2	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
5	Deixar de fornecer a seus funcionários todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização destes.	3	Por ocorrência.
6	Não executar, suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
7	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal.	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
8	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	5	Por ocorrência.
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
10	Não manter documentação de habilitação atualizada.	5	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.

Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

Para os fins do contido na letra “h” do rol acima listado, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

Para os casos não previstos no segundo parágrafo deste item, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

São de competência do Presidente do TRESC as sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos; como também, a sanção de ser a empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto, bem como em eventual substituição de produto, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25%\* (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.